



DOSSIÊ: IMPRENSA, MÍDIAS E REGIMES POLÍTICOS DITATORIAIS

Apresentação

*Presentation**Presentación***Rodrigo Patto Sá Motta¹**orcid.org/0000-0003-0158-6501
rodrigopsamotta@gmail.com**Reinaldo Lindolfo Lohn²**orcid.org/0000-0002-7902-2733
reilohn@gmail.com**Recebido em:** 18 ago. 2023.**Aprovado em:** 18 ago. 2023.**Publicado em:** 01 dez. 2023.

A pesquisa histórica em e por meio de veículos de imprensa (LUCA, 2005) é rica em exemplos de estudos muito bem-sucedidos que exploraram práticas e representações sociais, a circulação de ideias e a atuação de protagonistas reconhecidos ou anônimos que se transformaram em instigantes objetos de análise. Este é um campo da pesquisa, portanto, que demonstra não apenas ser possível ampliar as perspectivas da história política, mas avançar para outros domínios.

Os estudos sobre regimes políticos autoritários no período contemporâneo têm sido vastos e plurais, com produções de cunho historiográfico ou de outras áreas que foram despertadas para diferentes aspectos do funcionamento de regimes de distintos carizes ideológicos. Uma das características marcantes da constituição de mecanismos de controle social identificadas em processos políticos variados são as relações que regimes autoritários estabelecem com a imprensa e seus diferentes veículos.

A ampla produção acadêmica acerca das formas políticas autoritárias, em particular no Brasil e na América Latina, principalmente a partir da década de 1980, voltou-se para diferentes dimensões da repressão política e das estruturas de poder, além dos possíveis mecanismos de resistência. Isso despertou a atenção não apenas para os agentes estatais, notoriamente comprometidos com as escaladas autoritárias, mas para outros sujeitos e instituições sociais. Veículos de imprensa são agentes sociais e políticos das sociedades contemporâneas, por meio dos quais diferentes âmbitos sociais podem ser explorados e compreendidos, sendo particularmente importante verificar sua atuação em contextos autoritários.

No decorrer do período contemporâneo, em especial nos séculos XIX e XX, a imprensa teve papel-chave na constituição de esferas públicas em que se debateram ideias e projetos políticos de largo espectro. Nesse sentido, os jornais contribuíram de maneira destacada para a construção de regimes políticos liberais, em grande medida legitimados por veículos



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil.

² Universidade do Estado de Santa Catarina, SC, Brasil.

de imprensa que divulgaram valores caros ao liberalismo. Porém, outros periódicos apoiaram projetos conservadores e/ou autoritários, e atuaram para divulgar os respectivos valores, assim como para conquistar apoio e aceitação para tais regimes políticos entre certos segmentos sociais.

De modo geral, as ditaduras implicam desafios para as empresas jornalísticas, mesmo para aquelas mais inclinadas a aceitar as intervenções autoritárias. Os regimes ditatoriais invariavelmente instituem processos de controle sobre as mídias, para evitar a publicação de críticas à situação política e à circulação de informações contrárias aos interesses dominantes. Daí o estabelecimento de medidas para o cerceamento das atividades da imprensa, desde as mais óbvias, como a censura ou o fechamento de jornais, até iniciativas de controle envolvendo gestões econômicas, como a restrição de acesso ao papel jornal e a proibição de publicidade oficial paga, ou até mesmo a encampação de alguns veículos para garantir a publicação de noticiário favorável.

Considerando, em traços gerais, os comportamentos da imprensa frente aos estados autoritários, pode-se dizer que houve apoio a tais regimes, mas também resistência em certos casos e circunstâncias, bem como diversas modalidades de atitudes intermediárias e de acomodação. A imprensa brasileira buscou situar-se em posição central como mediadora de debates e na apropriação e produção de ideias e formulações nos contextos de abertura de regimes políticos autoritários e nas disputas sociais daí advindas, constituindo e legitimando os participantes das negociações em curso.

Partindo dessas considerações, e com o objetivo de abrir espaço para estudos e para interlocuções nesse âmbito temático, propusemos este dossiê à revista *Estudos Ibero-Americanos*. Acreditamos termos sido exitosos em atrair contribuições de qualidade, que, após adequado processo de revisão por pares, foram reunidas de modo a fornecerem um quadro tão diversificado quanto denso da temática. Os artigos possibilitam reflexões a respeito de diferentes formas de relacionamento envolvendo regimes

ditatoriais e imprensa, com atenção às mudanças que ocorreram com o passar do tempo em processos de conflitos e de negociações. Por razões compreensíveis, e isso poderá ser constatado neste dossiê, há uma grande concentração de trabalhos que envolvem o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), dado que aquele regime adotou em grande escala o controle de instrumentos e meios de informação. Além disso, é preciso levar em conta que vivemos ainda sob uma série de questões que dizem respeito a disputas de memória em torno daquele contexto histórico. Nesse âmbito, vicejam trabalhos com foco em casos específicos, mas que não deixam de contemplar escalas espaciais e temporais mais amplas, propiciando abordagens que não se restringem a episódios nacionais, além de considerarem distintos veículos da mídia jornalística.

Portanto, o dossiê *Imprensa, mídias e regimes políticos ditatoriais* reúne sete artigos em que se pode observar esforços reflexivos sobre a imprensa ou por meio desta, conjugando discussões em que os veículos abordados são tomados tanto em sua materialidade quanto nas articulações possíveis com os contextos autoritários enfocados. Esperamos que leitores e leitoras de *Estudos Ibero-Americanos* encontrem nesses trabalhos elementos que possibilitem aprofundar a temática do dossiê e apontar para novas perspectivas.

O artigo *A imprensa carioca e o autoritarismo eleitoral dos anos 1930: a acirrada disputa de narrativas sobre o Governo Provisório de 1930-1934*, escrito por Jaqueline Porto Zulini e Felipe Castanho, traz um estudo sobre um período autoritário que tem sido pouco explorado pela historiografia, o contexto do chamado Governo Provisório de Getúlio Vargas. O artigo acompanha a trajetória do jornal *O Radical*, criado na então capital da República para dar suporte às ações do governo, em contraste com o *Diário de Notícias*, surgido também naquele contexto no Rio de Janeiro, que praticava uma abordagem crítica às ações oficiais nas disputas que envolveram a reconstitucionalização do país. Os autores encontram em *O Radical* um instrumento de construção de uma forma de propaganda para o Governo Provisório

em meio a ações de censura e controle de vozes opositoras. Com base em perspectiva analítica instigante, os autores abordam aspectos do processo de legitimação de governos autoritários por meio da imprensa.

Os demais artigos constituem estudos dedicados a veículos de imprensa no contexto da recente ditadura militar brasileira, analisados sob diversos aspectos. A começar pelo artigo de Thiago Fidelis, intitulado *O golpe de 1964 no Brasil pelas páginas do jornal Última Hora*. O diário fundado por Samuel Wainer em 1951 foi um veículo de imprensa notoriamente apoiador do governo de João Goulart e contrário ao golpe que impôs a ditadura militar a partir de abril de 1964. O autor explora editoriais e colunas publicados entre janeiro e abril de 1964, apresentando uma abordagem que situa *Última Hora* no âmbito de uma cultura política trabalhista que teria impactado suas pautas e o modo como procurou interferir no debate público, contrapondo-se a setores majoritários da imprensa partidários de pontos de vista definidos como liberal-autoritários.

Em *Educação 'a la russe': notícias de subversão em colégios católicos (1964-1969)*, Caroline Jaques Cubas demonstra que jornais de grande circulação nacional abriram espaço para críticas e denúncias ao que seriam práticas educativas progressistas adotadas em colégios católicos femininos nos primeiros anos da ditadura militar. Artigos de opinião publicados em *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* tomavam os novos métodos e práticas atualizadas de ensino como expressões subversivas ou como ameaças ao controle sobre o comportamento sexual de crianças e jovens, com marcadas conotações de gênero. A autora procura identificar que, junto de uma temporalidade que envolvia os embates e imposições de ordem política no início do regime autoritário, outro estrato de tempo era constituído pela configuração, por meio da imprensa, de um padrão moral que invariavelmente tomou inovações pedagógicas em colégios de freiras como ameaçadoras a uma ordem que se pretendia imutável, o que remete a questões contemporâneas.

Intitulado *A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência nas páginas do jornal Folha de S. Paulo no período ditatorial (1964-1985)*, o artigo de Elizabete Kobayashi e Maria Aparecida Papali aborda a cobertura que o jornal *Folha de S. Paulo* dedicou à mais importante organização de entidades científicas do Brasil no período da ditadura militar. Em meio a um contexto de repressão e perseguições, as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ganharam amplitude a partir da década de 1970, demonstrando o quanto o campo da produção científica, majoritariamente vinculado às universidades, constituiu-se em espaço de debates sobre temas sensíveis ao regime, como a energia nuclear, e para demandas em torno da redemocratização do país. O interesse jornalístico em pautar as manifestações públicas formuladas pela SBPC deu amplitude aos diferentes debates acadêmicos e políticos observados entre cientistas e professores universitários brasileiros.

Uma escala de abordagem regional da estrutura repressiva montada pela ditadura militar caracteriza o artigo de José Wilson Assis Júnior e Fábio Lanza, com o título *SNI e a produção de contrainformações à imprensa paranaense e catarinense sobre as Operações Marumbi e Barriga Verde (1975-76)*. Os autores enfocam a produção e a difusão de contrainformações por meio de jornais do Paraná e de Santa Catarina no âmbito de duas operações que levaram à prisão cerca de uma centena de militantes do Partido Comunista Brasileiro nesses estados, entre 1975 e 1976. A documentação disponível do Serviço Nacional de Informações (SNI) possibilita compreender aspectos da instrumentalização da imprensa, tanto jornais quanto rádio e TV, para a difusão do ideário do regime autoritário, em especial pela divulgação de notas oficiais e declarações atribuídas a vítimas do aparato repressivo que teriam abdicado de suas posições ideológicas.

Diferente é a escala de observação e análise adotada no artigo *La prensa española y la función tribunicia de la Iglesia Católica en Chile (1976-1978): el caso de la huelga de hambre de los familiares de desaparecidos de 1978*, escrito

por Alfonso Diaz Aguad e Raúl Bustos González. A partir do episódio de uma greve de fome de familiares de vítimas da repressão da ditadura chilena, ocorrido em 1978, os autores analisam a ação da *Vicaria de Solidariedad*, entidade criada pela Igreja Católica naquele país, que foi exitosa em assegurar uma dimensão internacional às denúncias de violações de direitos humanos. Em um momento no qual a Espanha estava no auge de sua transição política para um regime democrático, a imprensa do país ibérico assegurou cobertura e respaldo às movimentações da oposição no Chile. Diferentes periódicos foram investigados, entre os quais os ainda existentes *ABC*, *La Vanguardia* e *El País*, entre outros. São destacadas as movimentações paralelas que ocorriam em ambos os países, embora em momentos políticos distintos. Uma perspectiva de processos históricos e transições políticas em conexão internacional também é proposta no artigo *Imprensa portuguesa e os debates sobre a transição política no Brasil (1976-1978): entre revolução, social-democracia e eurocomunismo*, escrito por um dos organizadores deste dossiê, abordando como agentes políticos da oposição brasileira encontravam espaços e meios para discussões em jornais de Portugal.

Convidamos leitores e leitoras da revista *Estudos Ibero-Americanos* a explorarem os artigos do dossiê, os quais poderão proporcionar perspectivas inovadoras e o aprofundamento de discussões acerca das problemáticas políticas e sociais que envolvem a imprensa em contextos autoritários.

Os organizadores.

Referências

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

Rodrigo Patto Sá Motta

Professor titular de História do Brasil da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pesquisador 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Autor do livro *Passados presentes, o golpe de 1964 e a ditadura militar* (Zahar, 2021).

Reinaldo Lindolfo Lohn

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre/RS, Brasil. Professor titular de História do Brasil da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Florianópolis/SC, Brasil. Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, e é bolsista de Produtividade em Pesquisa (nível 2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

Endereço para correspondência:

RODRIGO PATTO SÁ MOTTA

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Av. Antônio Carlos, 6627
Pampulha, 31270-901
Belo Horizonte, MG, Brasil

REINALDO LINDOLFO LOHN

Universidade do Estado de Santa Catarina
Centro de Ciências Humanas e da Educação
Departamento de História
Av. Madre Benvenuta, 2007
Itacorubi, 88035-001
Florianópolis, SC, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.